

Nem tudo o vento levou

Anotação ao Acórdão do TCA-Sul, de 31 de Março de 2011 (proc. 06793/10)

Carla Amado Gomes

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Professora Convidada da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

0. A necessidade de cumprimento dos objectivos do Protocolo de Quioto ratificado por Portugal e pela União Europeia, deu um forte impulso à renovação do sistema de produção de energia eléctrica no nosso país, nomeadamente no incentivo e licenciamento de centrais de electricidade produzida a partir de fontes renováveis. Para além da tradicional produção de energia hídrica, a evolução mais sensível deu-se no plano da energia do vento e envolveu a instalação de mais de duas centenas de parques eólicos^[1]. Apesar da sua dimensão ambientalmente amiga – produção de energia “limpa”, sem gerar emissões de CO₂ –, os parques eólicos desde cedo envolveram controvérsia, em virtude dos efeitos colaterais associados, nomeadamente no plano da alteração da paisagem e na perspectiva da perturbação do voo de espécies de avifauna. Quanto ao primeiro, os municípios em cujas circunscrições se situem parques eólicos reclamaram uma compensação, que se cifra, nos termos do DL 339-C/01, de 29 de Dezembro, em 2,5% do rendimento mensal daqueles

[1] O primeiro parque eólico precedeu, na verdade, o enquadramento legislativo da matéria (DL 189/88, de

27 de Maio), tendo sido instalado na ilha de Porto Santo em 1983. Em Portugal continental, o pioneiro foi o

parque eólico de Sines, em funcionamento desde 1992.

empreendimentos. Relativamente aos impactos nas rotas de voo, verifica-se uma necessidade constante de implementação de medidas de minimização do risco de embate das espécies com as torres autogeradoras, o que nem sempre é tarefa fácil, desde logo porque as cumeeiras com maior potencial ficam muitas vezes situadas em zonas protegidas^[2].

Nos Estados Unidos da América, um estudo revelou que, para um universo de quinze mil aerogeradores se verifica uma mortalidade de 2,19 aves/aerogerador/ano, ou seja, aproximadamente trinta mil indivíduos, entre os quais 448 aves de rapina^[3]. Em Espanha, a Sociedade Ornitológica estima que morram anualmente cerca de seis a dezoito milhões de aves e morcegos, decepados pelas dezoito mil turbinas eólicas em funcionamento no território^[4] – sendo de assinalar a existência de um importante corredor migratório entre África e Europa, na região de Tarifa, ao nível do Estreito de Gibraltar, no qual a mortalidade é muito superior a outras zonas do país. Identicamente, em Portugal, os resultados obtidos variam em função da região do território nacional em análise. Enquanto no Parque Eólico de Fonte dos Monteiros (Vila do Bispo) foi estimada uma mortalidade de 55,77/94,56 aves/ano, já nos parques eólicos de Cabril e do Pinheiro (Serra de Montemuro) a mortalidade por colisão com aerogeradores foi de uma ave/ano e zero aves/ano, respectivamente^[5]. Enfim, biólogos em geral e ornitólogos em especial convergem em que se trata de um domínio pouco estudado e que recomenda particulares cautelas^[6].

[2] A avaliação do risco de colisão implica a análise de múltiplas condicionantes – o que agrava a complexidade –, tais como a velocidade e direcção do vento, a temperatura e humidade do ar, o tipo de voo, a distância e a altitude, a hora do dia e a topografia local.

[3] P. TRAVASSOS, H. M. COSTA, T. SARAIVA, R. TOMÉ, M. ARMELIN, F. I. RAMÍREZ e J. A. NEVES, *A energia eólica e a conservação da avifauna em Portugal*,

SPEA, Lisboa, 2005, p. 6 – disponível em <http://www.spea.pt/gca/?id=456>

[4] Cfr. a reportagem *An ill wind*, de Meena Subramanian, publicada na revista *Nature*, de 20/06/2012 – disponível online: <http://www.nature.com/news/the-trouble-with-turbines-an-ill-wind-1.10849>

[5] P. TRAVASSOS *et alli*, *A energia eólica...*, *cit.*, p. 9.

[6] Sobre os riscos para a avifauna decorrentes dos parques eólicos, veja-se o relatório elaborado pela *BirdLife International* no âmbito da Convenção de Berna, *Windfarms and Birds: An analysis of the effects of windfarms on birds, and guidance on environmental assessment criteria and site selection issues*, RHW Langston & JD Pullan, *RSPB/BirdLife in the UK*, September 2003 (disponível online).